Dia Internacional contra a Discriminação Racial

» ARINE ALBY S. MOREIRA DE MIRANDA
Professora, licenciada em dança, pós-graduanda em metodologia do ensino de artes, pesquisadora

Mais um 21 de março passou, mas a necessidade de refletirmos continua presente. Sabemos que, no Brasil, desde o período colonial, por meio de leis e movimentos sociais, a negritude vem estabelecendo meios para erradicar o racismo. Mas eu me pergunto: "A quem essa luta antirracista beneficia?"

Até o momento, ser antirracista só convém à branquitude, que não quer, de forma alguma, se colocar no lugar de racista geneticamente beneficiado, fenotipicamente dentro dos padrões e ancestralmente privilegiado.

Os casos de racismo explícitos crescem, inclusive, os que a branquitude não identifica como sendo gerados exclusivamente pelo preconceito em suas diversas faces. Entendam que, quando me refiro à branquitude, estou falando sobre a condição de privilégio das pessoas brancas, mesmo daquelas que não se percebem racistas e corroboram para a manutenção deste comportamento como também das que estão engajadas na luta antirracista.

A insistência de supremacia de raças sendo perpetuada culturalmente, sendo, hoje, realizada principalmente pelas redes sociais, tem reafirmado as mazelas já enfrentadas desde o século XVI, e combatidas por pessoas como Martin Luther King, Rosa Parks, Malcolm X, Nelson Mandela e tantos outros militantes que puderam ter voz e visibilidade.

Percebem as referências que temos de pessoas pretas que se apropriaram de suas causas? Isso só foi possível graças à inserção destes na educação, tanto básica, quanto universitária. Não há empoderamento sem educação. Não me refiro somente à educação formal a que estamos habituados.

Nossos ancestrais já nos educavam por meio da cultura, de seus engajamentos e manifestações, das histórias contadas e de todo conhecimento empírico. É só olharmos para o antigo Egito e suas construções. Por mais que, historicamente, a Europa tenha saqueado o continente africano em prol do embelezamento de seus museus, nós sabemos que o Egito já foi preto, está gravado em suas paredes retratadas com faraós pretos retintos e as esfinges com seus narizes quebrados para que os nossos não se reconhecessem como reis e rainhas.

O apartheid reproduz-se no séc. XXI por meio da segregação nos ambientes de trabalho, nas universidades, nos parlamentos em que a maioria é branca, nos relacionamentos amorosos, nos quais mulheres negras geralmente são preteridas e/ou objetificadas sexualmente e são minorias nos casamentos bem-sucedidos.

Nos Estados Unidos, as leis segregacionistas de Jim Crow atuais são aquelas em que uma criança não tem permissão de se matricular numa escola por ter cabelo crespo, ou uma professora negra (o que ocorreu comigo) é vista como a "moça da limpeza", ou no caso de um professor negro, como um ladrão entrando na escola. Os alunos são motivo de chacota por seus traços negroides. Uma pessoa preta costuma ter seu lugar ao lado do ônibus vazio ou então é o último a ser escolhido.

Acontece, também, quando as pessoas de cor (*colored people* — tratamento usado para distinguir pessoas negras na época separatista) são minorias em suas salas de aula e universidades. E até mesmo quando crianças negras se sentam em mesas diferentes na hora do lanche como era recorrente na África do Sul do apartheid.

A escravidão do período colonial reaparece na Líbia e em diversos países, onde homens negros, mulheres e crianças preferem se tornar refugiados para não serem vendidos por cerca de quatrocentos dólares, tornando-se escravizados, aprisionados no deserto por homens brancos em suas caminhonetes.

E há ainda o assassinato, como forma de silenciamento de líderes do movimento negro, assim como ocorreu com Malcolm X, em 1965, com Luther King, em 1968, e que se repetiu em 2018 com a vereadora Marielle Franco. Nosso povo se faz presente por meio dos movimentos sociais, herança dos quilombos, de Zumbi e Dandara.

Se, na década de 1960, nós tínhamos programas de TV fazendo chacota sobre nossos traços negroides (*blackface* — artistas brancos pintando-se de negros) expondo-nos ao ridículo, assim como um comediante branco e youtuber que se intitula cristão fez ao satirizar um cantor negro brasileiro, hoje, temos Yuri Marçal falando sobre negritude através do humor, enaltecendo nossos traços e abrindo os shows de outros pretos como o artista Djonga.

Diante de todas essas questões, acredito que a aposta na educação é a única razão que dá sentido a todo empoderamento e ressignificação de identidade como povos pretos e diaspóricos que somos. Luta que segue.

A agricultura e pecuária de baixo carbono estão na pauta global

» LÍGIA DUTRA
Superintendente de Relações Internacionais da CNA

» RODRIGO LIMA
Sócio-diretor da Agroicone

Em fevereiro, os Estados Unidos oficialmente retornaram ao Acordo de Paris, demonstrando que o país pretende reocupar o seu lugar em foros multilaterais que discutem os problemas ambientais do planeta. Em 2021, as ações dos países no Acordo de Paris começam a ser contabilizadas, e o retorno dos EUA — somando-se à liderança da União Europeia e da China na agenda — traz um senso de urgência em direção à neutralidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Esses três atores representam quase 60% do PIB global, participam em 42,3% das exportações mundiais e são responsáveis por 42% das emissões globais de GEE. Suas políticas ambientais impactam o mundo todo e, com frequência, tornam-se regras que afetam o comércio internacional.

Na União Europeia, a proposta "Farm to Fork" orienta mudanças na Política Agrícola Comum aliada ao novo "Green Deal". Amplia ainda mais os subsídios aos produtores que adotem mudanças nos processos produtivos, com redução de emissões e promoção de sistemas produtivos resilientes. Na China, políticas ambientais do governo e regulações de sustentabilidade promovidas por empresas do agro são uma nova realidade para quem faz negócios com o país. Nos EUA, a agricultura de baixo carbono também será prioridade, como se observa no projeto de lei conhecido como Growing Climate Solutions Act of 2020, que cria metodologias para a geração de créditos de carbono derivados de tecnologias e práticas produtivas.

Seja nas discussões internacionais de mudanças do clima, seja de comércio, o Brasil possui diferenciais. As práticas agropecuárias de baixo carbono, como a integração lavoura, pecuária, floresta (ILPF), o plantio direto, a recuperação de pastagens degradadas, dentre outras, já alcançam mais de 50 milhões de hectares desde que o Plano Agropecuária de Baixo Carbono (plano ABC) foi aprovado em 2011. A adoção dessas práticas traz benefícios que vão além da redução das emissões de GEE, pois permitem aumentar a produtividade, conservar o solo, fomentar a adaptação dos sistemas produtivos. A promoção dos biocombustíveis é outro exemplo da liderança brasileira em tecnologias mitigadoras de emissão de carbono.

Um obstáculo importante que impacta a agropecuária brasileira na relação comércio e meio ambiente é o desmatamento ilegal. A redução abrupta da conversão ilegal de vegetação nativa é um requisito de mercado que exige ações contundentes do governo, especialmente quando se estima que aproximadamente 90% do desmatamento no país é ilegal.

O Ministério da Agricultura está revisando o Plano ABC para o período 2021-2030, e as oportunidades associadas ao desenvolvimento em escala das tecnologias e práticas podem contribuir de forma significativa para a inovação e resiliência do agro. Faz sentido ampliar o novo Plano ABC, acolhendo novas tecnologias e práticas, além de incluir a implementação do Código Florestal, o que dará mais força para o Brasil não só no Acordo de Paris, mas nos foros comerciais.

Nações e empresas não questionam mais a urgência ambiental de ações para conter as mudanças climáticas; elas discutem consequências e soluções. As mudanças das relações comerciais provocadas por regras ambientais já estão ocorrendo e não são mais perspectivas futuras. Normas estão sendo construídas pelos Estados (por meio de políticas públicas), pelas empresas (via padrões privados de sustentabilidade), pelo mercado financeiro (via finanças ASG) e pelas Organizações Internacionais e impactam o comércio.

Não há que se questionar a pujança da agropecuária brasileira, fundamental para o desafio global de erradicar a fome e garantir segurança alimentar. No entanto, é essencial ajudar a construir as soluções para o enfrentamento dos desafios ambientais globais, que passam pela produção eficiente e inovadora de alimentos e pelas relações comerciais que tem com China, União Europeia e Estados Unidos, atores relevantes.

A agropecuária brasileira deve desempenhar um papel de maior relevância na agenda internacional sobre mudanças do clima. Produzir mais, de forma mais eficiente, reduzir emissões de GEE, recuperar o solo, fomentar investimentos e inovação em todos os sistemas produtivos é central para a resiliência da agropecuária em qualquer região do globo. Nesse sentido, assumir a liderança dessa agenda, encarar os desafios de frente e construir soluções é estratégico para o Brasil.

Dissonância global

» ARMANDO CASTELAR
Coordenador de Economia Aplicada do IBRE/FGV e professor do Instituto de Economia da UFRJ

O PIB mundial deve ter, em 2021, um dos melhores desempenhos das últimas décadas. Em janeiro, o FMI previu uma alta de 5,5% este ano. Hoje, ele solta novas projeções, que devem trazer expansão ainda mais forte. Este mês a OCDE divulgou projeção de alta de 5,6%. O mercado financeiro, na sua maioria, espera um cenário ainda mais favorável. O Deutsch Bank, por exemplo, prevê alta de 6,8%. À guisa de comparação, nos 20 anos até 2019 o PIB mundial cresceu, em média, 3,8% ao ano.

Dois fatores explicam esse crescimento econômico global tão alto este ano. Um, a atividade ter terminado 2020 bem acima da média do ano, gerando um grande carregamento estatístico. Isto é, mesmo que na comparação de trimestre contra trimestre anterior o crescimento fosse zero, ainda assim o PIB médio de 2021 seria 4,1% mais alto do que o de 2020.

Outro fator é que, fruto da vacinação e dos fortes estímulos, monetários e fiscais, o crescimento deve acelerar ao longo do ano. Assim, o FMI, já em janeiro, previa que o PIB mundial estaria no último trimestre deste ano 4,2% acima do observado no final de 2020. Já o Deutsch Bank prevê uma alta de 5,2% nessa mesma comparação.

Esse otimismo não vale, porém, para todos os países. Em especial, se espera uma recuperação bem mais acentuada nas economias avançadas do que nas emergentes. Assim, a OCDE prevê que, ao final de 2022, o PIB dos países ricos estará aonde estaria se tivesse continuado a crescer no ritmo de antes da pandemia da covid-19. Ou seja, para efeito de PIB, a pandemia estará totalmente superada ao final do próximo ano. O mesmo resultado não se observa, todavia, para os países em desenvolvimento, que, nas projeções da OCDE, vão amargar uma perda duradoura em seu nível de renda.

Este é o caso, em especial, dos países da América Latina, que, todos esperam, terá grande dificuldade para superar as perdas incorridas com a pandemia. Os PIBs do Brasil e do México, por exemplo, só devem voltar ao patamar atingido ao final de 2019 no último trimestre de 2022. A Argentina só depois disso. Assim, em nossa região o desemprego deve permanecer alto e a situação social e fiscal complicada por ainda bastante tempo.

Já na Ásia emergente, o cenário é mais favorável. A China foi a única grande economia a crescer em 2020 (e este ano deve ter expansão econômica robusta, crescendo acima do resto do mundo. A Índia registrou uma queda significativa do PIB em 2020, 7,4%), mas este ano vai mais do que se recuperar, com alta de dois dígitos no PIB. Outros países, como Coreia do Sul e Indonésia, também devem mostrar um desempenho econômico robusto.

Graus variados de sucesso em lidar com a pandemia explicam boa parte dessas diferenças. Assim, a Ásia, aí incluídas as economias emergentes, teve mais sucesso em lidar com a pandemia, com menor número de mortes por habitante, mas, também, menos restrições à atividade econômica. Japão, Coreia e China são bons exemplos disso.

Já nas economias avançadas, o sucesso em vacinar a população vulnerável é o fator decisivo. Reino Unido e Estados Unidos se destacam nesse grupo, já tendo vacinado 45% e 30% de suas populações, em muitos casos com mais de uma dose. A Europa continental está mais atrasada e isso tem atrapalhado seu desempenho. Os países latino-americanos, com a exceção do Chile, estão bem atrás na vacinação.

Outra explicação para o diferencial de desempenho é as economias avançadas terem mais graus de liberdade para continuar dando estímulos do que as emergentes, em especial as latino-americanas. Os EUA outra vez se destacam: depois do pacote fiscal de US$ 900 bilhões no fim do ano passado, e de outro de US$ 1,9 trilhão no começo deste, o presidente americano apresenta um novo pacote de investimentos, com foco em infraestrutura sustentável, de cerca de US$ 3 trilhões.

Em que pesem as declarações do Fed, o banco central americano, de que tão cedo não aumentará os juros, estes têm subido no mercado financeiro. Junto à expectativa de uma forte aceleração do crescimento nos EUA, isso tem fortalecido o dólar e criado um ambiente bem menos favorável para as economias emergentes.

Para o Brasil, essa piora no ambiente externo é um complicador adicional, em um quadro que já se era desafiador. Assim, mesmo registrando um saldo comercial elevado este ano, e, segundo projeta o Banco Central, um superavit em conta corrente, o real deve seguir bem desvalorizado, a inflação elevada e os juros, com forte pressão de alta.